

OFICIO N.º 38/2021
A.DIRECÇÃO/Lisboa, 21-12-2021

Assunto: Resposta à reportagem “Arqueólogos: obras em Lisboa fazem dela o melhor lugar para candidatos a Indiana Jones” publicada em 15/12/2021 no jornal on-line A Mensagem de Lisboa

Como profissionais do setor da Arqueologia e do Património Cultural, no qual os trabalhadores e os trabalhos executados são ainda muito desconhecidos ou incompreendidos pela generalidade da sociedade, é sempre com elevada expectativa e interesse que recebemos qualquer notícia ou reportagem na comunicação social acerca do nosso trabalho. Tal aconteceu no passado dia 15/12/2021 com a reportagem de Álvaro Filho no jornal *A Mensagem de Lisboa* acerca da atividade arqueológica naquela cidade, intitulada “Arqueólogos: obras em Lisboa fazem dela o melhor lugar para candidatos a Indiana Jones”¹.

Aquilo que poderia ser uma reportagem exemplar para desmistificar a presença e a importância da arqueologia e dos seus profissionais no planeamento e execução de obras em contexto urbano, seu potencial, boas práticas e profissionalismo e até benefícios económicos para os promotores, revelou-se, ao longo das mais de 1700 palavras, num artigo que romantiza a profissão e os seus profissionais, sintetizada em dois parágrafos, que se revelam ofensivos para quem (sobre)vive como trabalhador na área da arqueologia e em particular no sector privado. Estas impõem uma cabal

¹ <https://amensagem.pt/2021/12/15/arqueologos-profissao-obras-lisboa-boom-turistico-imobiliario-arqueologia-indiana-jones/?fbclid=IwAR1a4SAUhIstgL6iYNvXHP46WVOvUx1XJOzYdtOkRB6HRYMJ8gnKQwtlnEw>

resposta: “Para aqueles que ainda pensam no assunto, é bom saber que a arqueologia é uma profissão em alta em Lisboa e que costuma pagar uma remuneração maior do que a média salarial de Portugal. Principalmente, após o recente boom imobiliário que transformou a cidade num imenso estaleiro de obras... e arqueológico.” e “A imensa responsabilidade do arqueólogo na execução de uma obra geralmente orçamentada em milhões de euros reflete-se na remuneração. A média salarial para o profissional em início de carreira é de 1100 euros e rapidamente pode chegar aos 2500, o que talvez explique, entre tantas greves, nunca se ter visto uma da categoria.”

Afirmar, sem quaisquer dados factuais para além de alguma eventual informação casuística e claramente tendenciosa, que a profissão tem salários acima da média nacional é ignorância ou falácia. Cerca de 70% dos arqueólogos trabalha no setor privado e entre 70 a 75% têm vínculo laboral precário² - recibos verdes, contratos a prazo e bolsas de investigação. Pese embora não existir um estudo exaustivo que caracterize os profissionais de arqueologia desde 2014³, os dados de que dispomos para o ano de 2020 provenientes dos relatórios únicos de empresas do setor de arqueologia apontam para salários mensais auferidos por trabalhadores a contrato, entre 732 e 1072€, sendo que o valor médio se aproxima mais, decerto, do limite inferior. Da mesma

² BUGALHÃO, Jacinta (2017) - Arqueólogos Portugueses. In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea, eds. - Arqueologia em Portugal / 2017 - Estado da Questão. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 19-31. Disponível em: http://museuarqueologicodocarmo.pt/publicacoes/ou-tras_publicacoes/II_congresso_aap_actas.pdf (acedido em 18/12/2021); ROCHA, Miguel et al. 2020. “O Caderno reivindicativo e as condições de trabalho em arqueologia”. Em Arqueologia em Portugal 2020 - Estado da Questão. Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 145-154; STARQ, 2020a - Pandemia COVID-19. Impacto laboral em Arqueologia. Resultados de inquérito submetido à comunidade de trabalhadores de arqueologia (entre 21 e 31 de Março de 2020). STARQ. Disponível em: http://starq.info/wp_direc/wp-content/uploads/2020/04/COVID-Inqu%C3%A9rito-Relat%C3%B3rio.pdf (acedido em 18/12/2021); STARQ, 2020b - Pandemia COVID-19. Impacto laboral em Arqueologia. Resultados de inquérito submetido à comunidade de trabalhadores de arqueologia (entre 8 e 25 de Maio de 2020). STARQ. Disponível em: http://starq.info/wp_direc/wp-content/uploads/2020/07/COVID_Inqu%C3%A9rito-2_-Relat%C3%B3rio_final.pdf (acedido em 18/12/2021).

³ APA (2014) - DISCO. Discovering the Archaeologists of Portugal 2012-14. Associação Profissional de Arqueólogos, 149 p. Disponível em: https://www.discovering-archaeologists.eu/national_reports/2014/PT%20DISCO%202014%20Portugal%20national%20report%20portuguese.pdf (acedido em 18 de maio de 2018).

forma, os valores das quotas sindicais dos associados do STARQ, os nossos rendimentos, o conhecimento adquirido pelo STARQ nos múltiplos contactos com a comunidade arqueológica, a realidade que transparece nas redes sociais e a reação generalizada ao conteúdo da reportagem do jornal *A Mensagem de Lisboa* apontam para uma realidade totalmente antagónica. Em 2012, o rendimento médio anual de um arqueólogo em Portugal era de 43% do rendimento médio dos técnicos superiores (APA, 2014), incluindo os trabalhadores do setor público. Atualmente, num ano em que o salário mínimo nacional é de 665€ e no próximo será de 705€, no setor privado, o salário médio de um arqueólogo (na sua maioria habilitados com o grau de mestre) a contrato (a prazo ou sem termo) situar-se-á pouco acima desse valor e sem grandes perspetivas de aumento. Mas grande parte dos profissionais trabalha em “regime liberal”, na esmagadora maioria dos casos em situação de falsos recibos verdes, ganhando entre os 50 e os 60 euros diários. Quer isto dizer que, feitas as contas, auferem um rendimento mensal líquido entre 632,71 e 759,25 euros. Podem ser estes considerados salários mais altos, quando a média nacional em 2019, para trabalhadores por conta de outrem, se cifrou nos 1005,1€⁴? Não!

São frugais as remunerações e as condições de trabalho na área da arqueologia. São desmedidas a precariedade, a incerteza e o desrespeito. É grande a taxa de abandono da profissão, abrangendo mais de 20% dos arqueólogos em cada cinco anos⁵.

São estes os motivos, sim, e não outros efabulados, que justificam que entre “tantas greves, nunca se ter visto uma da categoria”. A explicação reside na instabilidade e precariedade, no medo de ficar sem trabalho, no trabalho alicerçado no recurso aos

⁴ PORDATA, Base de Dados de Portugal Contemporâneo, Fundação Francisco Manuel dos Santos: Salário médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem <https://www.pordata.pt/Portugal/Sal%C3%A1rio+m%C3%A9dio+mensal+dos+trabalhadores+por+conta+de+outrem+remunera%C3%A7%C3%A3o+base+e+ganho-857>

⁵ BUGALHÃO, Jacinta da Conceição Marques (2021) - A Arqueologia em Portugal entre o final do século XX e o início do século XXI (1970 - 2014). Tese de doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com orientação de Carlos Jorge Gonçalves Soares Fabião. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/50041>.

falsos recibos verdes - em que a greve é um direito vedado -, no assédio laboral e no nomadismo da profissão. São também estas as razões que afastam - mas, não totalmente – os arqueólogos da luta. No entanto, até na inexistência de greves no setor a reportagem se engana. Em 2019, os arqueólogos da Direção-Geral do Património Cultural realizaram uma greve que registou cerca de 70% de adesão, reivindicando o reforço do número de arqueólogos naquela instituição, ou seja, postos de trabalho estáveis, com remuneração regulada e com direitos e garantias. E resultou! A DGPC tem hoje mais arqueólogos, embora não ainda os suficientes.

A luta pelo direito ao trabalho e ao emprego, com direitos, garantias e condições e com salários justos, principalmente no setor privado, é a missão do STARQ. O STARQ, como associação representativa dos trabalhadores de arqueologia, repudia assim vivamente as afirmações produzidas na reportagem em causa. Em nome dos muitos arqueólogos que se sentem insultados por esta informação enganosa e enganadora, o STARQ afirma claramente que não corresponde à realidade, nem à verdade.

A Direcção